

PROTAGONISTAS DE UMA NOVA ECONOMIA

Rumo à Rio+20



CADERNO DE SUBSÍDIOS

Agosto de 2011

APRESENTAÇÃO

Este **Caderno de Subsídios** foi elaborado para servir como guia aos participantes da Conferência Ethos 2011 sobre as atividades que serão desenvolvidas ao longo do evento. Nestes dois dias, discutiremos os temas com maior impacto socioambiental no funcionamento da economia brasileira, tendo em vista sua transição para uma economia sustentável, como a preconizada pela *Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável*, documento lançado pelo Instituto Ethos e parceiros como resultado das reflexões da Conferência Ethos 2010 e de amplos debates com as empresas associadas e entidades representativas de todos os setores da sociedade.

O grande objetivo desta conferência é identificar, em cada um dos temas propostos, as mudanças necessárias para essa transição, bem como os avanços que podem ser reconhecidos e os entraves a serem superados para continuarmos avançando. Com essa perspectiva, os textos apresentados neste caderno procuram trazer alguns dilemas e questões que deverão ser objeto de reflexão nas mesas-redondas, plenárias e painéis programados para esta conferência.

O material que produziremos durante este encontro e as sugestões trazidas pelos palestrantes e participantes serão considerados na elaboração de uma proposta da sociedade relativa a um programa de transição para essa nova economia. Da mesma forma, iremos reunir as propostas que surgirem para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que vai ocorrer no Rio de Janeiro, em 2012, e é tema da plenária de encerramento desta conferência. Um documento com as propostas obtidas durante essa atividade será encaminhado pelo Instituto Ethos para a Comissão Nacional para a Rio+20.

Sistema de Consulta

Para colher os comentários e propostas dos participantes da Conferência Ethos 2011, a SAP criou, especialmente para o Ethos, o **Sistema de Consulta**, via internet. Por meio dele, o participante poderá apontar as mudanças que julga necessárias na transição para a nova economia, indicar os avanços e gargalos observados nesse sentido e formular propostas relacionadas a todos os temas do evento para o programa de transição da economia brasileira e para a Rio+20.

Somente os participantes da CE2011 poderão utilizar o sistema neste momento. Ele pode ser acessado, mesmo depois do evento, por notebook, smartphone ou tablet, desde que o equipamento esteja conectado à internet. Poderão ser utilizados também os computadores disponíveis no 1º andar do Centro Fecomercio de Eventos.

Para entrar no sistema, acesse www.ethos.org.br/sistemadeconsulta, utilizando como login seu primeiro nome e último sobrenome, sem espaço, e como senha, seu CPF.

RSE na Mídia

Por meio do programa RSE na Mídia, convidamos os profissionais participantes da Rede Ethos de Jornalistas a escrever artigos sobre o tema "Avanços e Desafios do Brasil no Caminho para a Sustentabilidade", procurando aprofundar-se num dos seguintes itens: agricultura; infraestrutura; serviços; indústria de base/primária e de transformação; e o setor financeiro.

Agradecemos aos jornalistas que atenderam nosso convite e sugerimos a todos os participantes desta conferência que confirmem o resultado no site do RSE na Mídia (www.ethos.org.br/rsenamidia).

Esperamos que as informações deste caderno contribuam para a qualidade dos debates e para a obtenção dos melhores resultados nesta conferência.

Instituto Ethos

SUMÁRIO

Plenária – Nova economia: includente, verde e responsável	7
Mesa-Redonda 1 - Governança na nova economia	8
Mesa-Redonda 2 - Novos padrões de produção e consumo para a sustentabilidade	9
Mesa-Redonda 3 - Inovação para a sustentabilidade	10
Painel 1 – Os impactos de um novo código florestal	12
Painel 2 – Direitos humanos	13
Painel 3 – Financiamento da nova economia	14
Painel 4 - Energia	15
Painel 5 - Biodiversidade	17
Painel 6 – Resíduos sólidos	18
Painel 7 – Mudanças climáticas e os impactos na nova economia.....	19
Painel 8 – Infraestrutura para a nova economia.....	21
Painel 9 – Erradicação da miséria.....	22
Painel 10 – Trabalho decente e empregos verdes.....	23
Painel 11 – Educação para a sustentabilidade.....	24
Painel 12 – Gestão da água.....	25
Painel 13 – Cidades sustentáveis	26
Painel 14 – Integridade e transparência	28
Plenária – Rio+20	30
Fontes	33

PLENÁRIA – NOVA ECONOMIA: INCLUDENTE, VERDE E RESPONSÁVEL

Passados quase 20 anos da Rio-92 e duas décadas de estudos intensivos sobre as mudanças climáticas, a humanidade começa a incorporar em suas atividades de consumo e produção a necessidade de uma abordagem sistêmica e abrangente sobre os limites dos recursos naturais e sobre os impactos das atividades humanas nos ecossistemas e nos serviços ecossistêmicos. Há experimentos em diferentes setores e segmentos da sociedade de diversos países que ainda não configuram “economias verdes”, mas apontam clara tendência nesse sentido.

Entretanto, no mundo inteiro, as desigualdades sociais seguem sendo o grande fator limitante da melhoria do bem-estar, dificultando o desfrute dos avanços econômicos e tecnológicos alcançados nos últimos anos. A transição para uma economia verde configura-se como uma oportunidade para erradicar a pobreza por meio da distribuição mais equitativa da riqueza, com a promoção de um desenvolvimento equilibrado entre os capitais financeiro, humano, social e natural.

O Brasil, que é detentor de uma grande sociodiversidade e da maior diversidade biológica do planeta e se posiciona cada vez mais como um protagonista relevante dos negócios globais, precisa caminhar rapidamente em direção aos novos paradigmas. O nosso país tem potencial para ser uma liderança na nova economia porque possui capital natural, biodiversidade, sociodiversidade, matrizes

energéticas bem equilibradas (sendo a matriz elétrica predominantemente renovável), inflação controlada, ambiente democrático, um recente processo de crescente mobilidade social das populações pobres, uma política nacional sobre mudanças do clima, uma política nacional de resíduos sólidos, um arcabouço de regras para a defesa do consumidor, um mercado acionário avançado e um sistema bancário competitivo, entre outras potencialidades.

Há muitas iniciativas dispersas e fragmentadas na sociedade, nos órgãos públicos e nas organizações do mercado que ganhariam centralidade na economia, caso estivessem articuladas por um projeto nacional de desenvolvimento sustentável orientado por uma visão de futuro que aglutinasse e mobilizasse as forças transformadoras da sociedade numa direção convergente.

Como levar engajar toda a população nesse propósito de transição para uma economia sustentável?

É necessária uma ampla mobilização nacional em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país, com

visão de longo prazo. Para isso, será fundamental a existência de uma plataforma de convergência das diversas iniciativas da sociedade e a revalorização do processo de planejamento de longo prazo. Acreditamos que o país poderá construir, nos próximos dez anos, uma economia inclusiva, verde e responsável e que esta visão tem potencial mobilizador para galvanizar os esforços de toda

Como fazer do crescimento econômico um componente do processo mais geral do desenvolvimento? É possível desenvolver, no Brasil, uma cultura empresarial em que a redução da intensidade energética e material e a preservação dos serviços ecossistêmicos estejam no centro das estratégias de negócio e dos processos de inovação? Onde podemos perceber avanços da economia brasileira em direção a uma economia includente, verde e responsável? Quais os gargalos que precisam ser removidos para que a transição seja feita?

a sociedade e engajar os principais atores sociais, empresariais e políticos na elaboração e execução desse projeto nacional.

Com base na *Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável*, lançada pelo Instituto Ethos e seus parceiros, a plenária de abertura da Conferência Ethos 2011 promoverá uma profunda reflexão sobre as necessidades,

desafios e oportunidades para a sociedade brasileira proporcionados pela transição para uma economia sustentável. Essa reflexão ocorrerá por meio de um debate das visões sobre os avanços e gargalos dos diversos setores da economia a serem apresentadas pelos executivos das seis empresas parceiras institucionais do Instituto Ethos na plataforma: a Alcoa, a CPFL Energia, a Natura, a Suzano, a Vale e o Walmart.

MESA-REDONDA 1: GOVERNANÇA NA NOVA ECONOMIA

A nova economia tem como objetivo melhorar o bem-estar humano e buscar a redução contínua das desigualdades (Pnuma, 2010). Para isto, as estratégias empresariais e as políticas públicas precisam considerar a sustentabilidade dentro de uma perspectiva de futuro e incorporá-la em seus planos, controlando, minimizando e eliminando riscos ambientais, escassez ecológica e condições precárias para a sobrevivência.

Empresas e governos precisam estabelecer padrões de controle e aferição de resultados e impactos socioambientais de suas atividades. Isto é importante para que se crie a governança necessária para o novo modelo de economia. É preciso fixar, também, as bases de um diálogo entre Estado, sociedade civil, empresariado e trabalhadores para o estabelecimento de uma governança focada em compromissos.

Debater a governança na nova economia significa enfrentar o desafio da construção de conceitos e práticas transformadores, focados em participação, transparência e responsabilidade (Strandenaes, 2011). Sem um avanço efetivo nos modelos participativos, dificilmente haverá avanço na direção de uma economia inclusiva, verde e responsável. E este é o compromisso

que os países do mundo pretendem alcançar durante os debates da Rio+20, que acontece em 2012 com a presença de quase duas centenas de chefes de Estado e de governo. A economia verde é uma alternativa às práticas da economia atual. Mudanças nos padrões de produção e consumo estão no centro dos debates.

O Pnud define governança como o “exercício de autoridade econômica, política e administrativa para gerir os assuntos de um país em todos os níveis”. Portanto, é possível dizer que ela “abrange mecanismos, processos e instituições, por meio dos quais cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercem os direitos e obrigações, e acomodam suas divergências”. A governança possui claras implicações sobre pobreza, equidade e qualidade de vida.

Esta mesa-redonda vai abordar a governança sob a ótica das organizações complexas, envolvendo as empresas, os mercados, o setor público e os múltiplos atores interessados. Deve fortalecer o diálogo para o estabelecimento da participação, leis e regras claras, transparência, capacidade de resposta, consenso orientado (mediação de diferentes interesses), equidade, efetividade e eficiência, *accountability* e visão estratégica.

Mudar a economia significa, também, mudar a maneira como as empresas se planejam, os mercados decidem e os governos atuam para estimular práticas que definam a nova economia. É preciso estabelecer diálogos entre os diversos públicos e trabalhar por pactos e compromissos de mudança.

MESA-REDONDA 2: NOVOS PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO PARA A SUSTENTABILIDADE

Desde o final dos anos 1990, há o entendimento de que as empresas precisam incluir em seus processos preocupações muito específicas em relação aos insumos que utilizam para produzir. Questões relativas ao volume de água, quantidade de matérias-primas e sua origem, energia necessária e suas fontes, além de suas emissões de carbono e geração de resíduos são apenas alguns dos fatores que precisam ser repensados. Por outro lado, a sociedade também precisa repensar suas decisões de consumo, a partir de fatores que devem levar em conta questões como o consumismo e os impactos socioambientais dos produtos e serviços adquiridos. Há que se pensar, também, nos critérios para compras públicas e para a formação das cadeias de fornecedores das empresas.

No Brasil, o governo elabora o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), que tem por objetivo fomentar a ampliação de ações alinhadas com a promoção da sustentabilidade. Ao mesmo tempo, busca integrar esta iniciativa com o enfrentamento das mudanças climáticas, o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento e a conservação da biodiversidade e demais recursos naturais. Algumas prioridades eleitas são o varejo e consumo sustentáveis, a agenda ambiental na administração pública, a educação para o consumo sustentável, o aumento da reciclagem de resíduos sólidos, compras públicas sustentáveis, e construção civil sustentável.

Iniciativas relacionadas à produção estão sendo adotadas por empresas de diversos setores, tanto fomentadas por pactos com diversos atores da sociedade – como o da soja, que envolveu toda a cadeia deste agronegócio para impedir o avanço da agricultura sobre áreas de floresta –, como entre empresas, como o “Programa Sustentabilidade de Ponta a Ponta”, coordenado pelo Walmart Brasil – que envolveu

marcas líderes de mais de duas dezenas de empresas na busca de um perfil de menor impacto ambiental e maior valor social em suas cadeias de valor.

Pode-se alinhar, entre os principais avanços, o desenvolvimento de mecanismos de compras públicas e o portal de contratações públicas sustentáveis; inovações e pactos na construção sustentável; disseminação e ampliação do acesso à inovação tecnológica por meio de programas do Sebrae e do Ministério de Ciência e Tecnologia (Portal da Inovação); desenvolvimento da política nacional de resíduos sólidos e do sistema integrado de bolsa de resíduos (SIBR); estímulos às cooperativas de catadores; desenvolvimento de pactos setoriais na área de agronegócios e madeira voltados para a sustentabilidade socioambiental (carne, soja e madeira); desenvolvimento de iniciativas para o varejo sustentável (Fórum Varejo Sustentável da Fundação Getúlio Vargas); efetivação de instrumentos regulatórios para normatizar uma conduta sustentável dos negócios (pneumáticos, pilhas

A discussão sobre produção e consumo envolve fatores distintos, que precisam ser integrados para se obterem mudanças estruturais. Por parte das empresas, a inovação e a incorporação de valores e métricas da economia verde. Por parte dos consumidores, novos padrões culturais na decisão de consumo, orientando suas decisões de compra com base em necessidades reais.

e baterias, controle de emissões veiculares, óleos lubrificantes, coleta de resíduos da administração pública direcionada para cooperativas de catadores); desenvolvimento e implementação de instrumentos econômicos (novo protocolo verde, IPI retirado sobre os produtos reciclados, IPI reduzido para linha branca com selo Procel, fixação de preço mínimo de produtos do extrativismo); desenvolvimento de iniciativas no mercado financeiro como o índice ISE/Bovespa; carteira de ações de instituições privadas voltadas para o investimento socialmente responsável; iniciativas de turismo sustentável.

Por outro lado, falta uma maior articulação do PPCS com a principal política de desenvolvimento de longo prazo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O mesmo ocorre com relação às políticas de curto prazo, como as medidas adotadas na administração da crise financeira mundial de 2008 e no fomento às exportações, que podem sabotar ou anular os esforços do programa. Ao mesmo tempo, o PPCS não prevê o investimento necessário para executar os planos listados em sua estratégia, correndo o risco de se transformar em iniciativas pontuais sem conexão efetiva com as estratégias macroeconômicas do governo, que podem inclusive não ser sustentáveis.

MESA-REDONDA 3: INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Boa parte da competitividade brasileira ainda é baseada na produção de bens que fazem uso intensivo de recursos naturais, seja na forma de energia, de insumos ou no transporte. A crença de que estes recursos existem em abundância, e a forma como se dá a gestão financeira tradicional dos negócios, não contabiliza os impactos ao meio ambiente e não entram na formação dos preços de mercado.

Mais de 80% dos gastos e investimentos globais com pesquisa e desenvolvimento (P&D) ocorre nos países industrializados, ao mesmo tempo em que há forte concentração do conhecimento mundial, com 95% das novas patentes concedidas nos países desenvolvidos.

Até a crise financeira em 2008, os gastos com P&D dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) cresciam a uma taxa anual média real de 3% a 4%. As empresas privadas permanecem as maiores responsáveis pelas

atividades de P&D (63% em média no ano de 2008). Os financiamentos são, em sua maior parte, realizados pelas próprias empresas (64,5% em 2008), enquanto os financiamentos do governo decresceram em relação ao total. O apoio governamental às atividades de pesquisa é uma forma de promover o crescimento econômico sustentável a longo prazo, por meio da inovação.

Investimento em ciência e tecnologia, novos modelos de negócio, novos formatos de financiamento da inovação, iniciativas governamentais e políticas públicas de fomento à inovação, o papel do empreendedorismo e das pequenas empresas no desenvolvimento da inovação. Estes poderiam ser caminhos para a inovação.

No Brasil, mesmo com os avanços registrados em algumas áreas, o setor de ciência e tecnologia apresenta baixo investimento (equivalente a 1,1% do PIB em 2008), carências em termos de qualificação dos recursos humanos para a área e baixo número de registro de patentes (0,3 patentes por milhão de habitantes em 2008), apesar do aumento na produção científica e no número de doutores (PhD) *per capita*.

A questão da inovação no Brasil passa pelos usuais gargalos de falta de infraestrutura, baixa qualificação da mão de obra, insegurança jurídica,

burocracia excessiva, regulação pouco propícia à inovação – os chamados fatores sistêmicos –, além da oscilação dos recursos destinados ao orçamento dos programas de incentivo à ciência e tecnologia, por conta dos desdobramentos de enfrentamento das crises financeiras e fiscais. O principal foco da inovação no país ainda é a transformação industrial.

Inovar, no entanto, não se restringe ao campo da tecnologia. Embora haja necessidade de renovar as bases da indústria brasileira em setores intensivos em tecnologia, é preciso apoiar as empresas por meio de incentivos e políticas públicas e dar apoio na coordenação entre os atores públicos e privados. O foco principal do apoio à inovação deve estar na criação de mercados e de novos negócios voltados não apenas a ganhos econômicos, mas também a ganhos sociais e ambientais. É preciso instituir novas formas de gestão e novas relações nas cadeias de produção.

Aproximadamente dois terços do apoio concedido às atividades de P&D do setor privado brasileiro provêm de renúncia fiscal da Lei de Informática, criada em função do regime incentivado da Zona Franca de Manaus. Atualmente, o apoio governamental à inovação se dá principalmente por meio de mecanismos de renúncia fiscal (Lei do Bem), financiamento reembolsável (BNDES, Finep) e financiamento não reembolsável. Outro instrumento com potencial de alavancar o desenvolvimento tecnológico é o aprimoramento

de políticas de compras e licitações públicas. Há também a necessidade de se melhorar o apoio aos projetos ou plantas-pilotos ou projetos que envolvem riscos e investimentos elevados.

O aperfeiçoamento do sistema de apoio e fomento à inovação também passa pelo desenvolvimento de novas formas de cooperação entre os diferentes atores – governos, instituições de pesquisa, empresas e empreendedores –, e pela criação de sinergias entre os diferentes objetivos: a promoção da biossegurança, o acesso à biodiversidade e a necessidade legal das patentes; a pesquisa transgênica, a produção agrícola em escala e a necessidade de se promover a segurança alimentar e o desenvolvimento local (agricultura familiar); a inovação na busca da eficiência energética e as políticas públicas que resultam na escolha da matriz energética.

Em muitos países as políticas de inovação estão voltadas para a competitividade no comércio exterior. Políticas de apoio à exportação são um reduto especial para a promoção da inovação. Para que o Brasil siga esta trilha, em um modelo de desenvolvimento voltado para uma economia de baixo carbono, é necessário alinhar as políticas e instrumentos de incentivo e fomento à pesquisa a essa visão. Políticas de comércio exterior, comercial, industrial e de inovação devem ser articuladas e coordenadas com objetivos do desenvolvimento de uma economia verde.

PAINEL 1 – OS IMPACTOS DE UM NOVO CÓDIGO FLORESTAL

O debate sobre a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro não se encerrou com a aprovação do Projeto de Lei 1876/99 pela Câmara dos Deputados, em maio de 2011. O projeto foi encaminhado ao Senado Federal, onde tramita com os mesmos dilemas levantados na Câmara, onde a relatoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi objeto de críticas de setores ambientalistas e governistas, principalmente por não incorporar em seu parecer posições defendidas por acadêmicos e cientistas, como as que estão postas no relatório da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), intitulado “Código Florestal Brasileiro: Contribuições para o Diálogo”, onde cientistas do Inpe, da Embrapa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Unicamp, da Universidade Federal de Pernambuco e de outras instituições de renome analisam cada um de seus artigos. Entre outras coisas esse documento aponta para os riscos de degradação em serviços ambientais como a produção de água e regulação climática.

Os impactos da nova legislação sobre os biomas brasileiros estão dimensionados em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde as liberalidades do projeto aprovado na Câmara são contabilizadas em 29 milhões de hectares de mata nativa que deixariam de ser recuperados, na perspectiva mais otimista. Também aponta o “risco moral” de outros 47 milhões de hectares que poderiam ser desmatados diante da hipótese de que a anistia a desmatadores pode incentivar outros proprietários rurais a derrubar a reserva legal remanescente.

Outro estudo, realizado pelo Observatório do Clima, mostra que as reduções em Áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP) podem resultar em um perigoso aumento das emissões brasileiras de gases de efeito estufa causadas pelo setor agropecuário, o que também levaria ao não cumprimento das metas que o Brasil assumiu com a comunidade internacional nas conferências sobre mudanças climáticas de Copenhague, em 2009, e Cancún, em 2010.

Pesquisa realizada pelo DataFolha, sob encomenda do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam), entre 3 e 7 de junho de 2011, mostra que a grande maioria dos brasileiros acima de 16 anos não apoia as mudanças no Código florestal, com um dado importante: 85% dos entrevistados defendem a proteção das florestas e rios mesmo que isso prejudique a produção agropecuária. Além disso, 79% são contra o perdão de multas ou anistia a desmatadores ilegais. Outro dado relevante para o debate é que 77% das pessoas entrevistadas acham que o Senado deveria ouvir a opinião dos cientistas.

O dilema posto é uma contraposição entre o crescimento da produção agropecuária com a incorporação de novos territórios, que é a base do argumento dos grupos de apoio à nova legislação, e o crescimento da produtividade agropecuária, com a incorporação de ciência e tecnologia, que é a base da argumentação de cientistas e ambientalistas.

O Código Florestal sai da Câmara e chega ao Senado com os mesmos dilemas. Aumentar a produção agropecuária com a incorporação de mais terras ou produzir mais com o uso de mais tecnologia e ciência?

PAINEL 2 – DIREITOS HUMANOS

As empresas assumem cada vez mais papéis que eram considerados como de governo em diversos campos e avançam em territórios antes exclusivos dos movimentos sociais. O Instituto Ethos recentemente se debruçou sobre o tema, ao realizar, em parceria com a Global Business Initiative for Human Rights (GBI), o Pacto Global da ONU, a Conectas e a Levy & Salomão Advogados, o evento “Direitos Humanos e Práticas Empresariais: Entendendo as Responsabilidades”, que reuniu CEOs e representantes de mais de cem empresas com atuação destacada no Brasil. Entre as muitas reflexões sobre as dificuldades para integrar práticas empresariais responsáveis e direitos humanos, foram debatidos os impactos causados pelas empresas sobre a qualidade de vida e direitos de seus colaboradores, comunidade, consumidores e fornecedores, além das ações necessárias para expandir o conhecimento e a prática do respeito empresarial pelos direitos humanos, de uma forma favorável aos negócios.

Importante contribuição para o debate foi dada por John Ruggie, professor de Direitos Humanos de Harvard e representante especial para direitos humanos do secretário-geral da Organização das Nações Unidas. Ele propôs à ONU uma série de políticas para enfrentar os desafios das empresas, que não se resumem ao cumprimento das leis vigentes.

Sem substituir o dever do Estado de proteger seus cidadãos utilizando os meios legais para coibir e solucionar quaisquer abusos contra os direitos humanos, Ruggie aponta a responsabilidade corporativa, como, por exemplo, a adoção voluntária de medidas de avanço para a agenda do trabalho decente em suas operações em

determinado país. Mesmo no que se refere ao acesso à justiça, a iniciativa privada pode e deve atuar com mecanismos próprios, como canais de diálogo, mediação, acompanhamento de demandas e transparência nas informações.

O estudo oferece ainda o *Guia para Integração de Direitos Humanos na Gestão dos Negócios*, com orientações práticas para empresas que queiram assumir uma abordagem proativa, partindo do entendimento básico sobre o tema, o quanto se relaciona com os negócios, até a identificação dos riscos, responsabilidades e oportunidades para o setor, e o comprometimento dos executivos e engajamento dos funcionários.

O reconhecimento da relevância sobre uma participação mais ativa de todos os setores da sociedade na defesa dos direitos humanos também pode ser visto na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), ao destacar a transversalidade como condição para que sejam alcançados diretrizes e objetivos estratégicos, e reconhecendo a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

Exemplos a serem seguidos para colocar em prática essa transversalidade existem e podem ser replicados. O Comitê de Coordenação e Monitoramento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, composto pelo Ethos, Observatório Social, Repórter Brasil e pela Organização Internacional do Trabalho, adota ferramentas para que o setor empresarial e a sociedade brasileira não comercializem produtos de fornecedores que se utilizem de trabalho escravo.

As questões relacionadas aos direitos humanos deixaram de ser elementos apenas do universo do Estado e da segurança pública e ressurgiram no campo das relações empresariais. No âmbito das Nações Unidas, essas preocupações deram origem a um relatório com diretrizes para empresas.

Em 2003, por meio de uma metodologia de pesquisa sobre cadeias produtivas, a Repórter Brasil, em conjunto com a OIT, identificou como mercadorias produzidas com trabalho escravo estavam inseridas na economia brasileira e global. Após a conclusão do estudo, o Instituto Ethos convidou empresas brasileiras e multinacionais identificadas nessa rede para mudar a relação com os fornecedores que utilizam essa prática degradante.

Esse trabalho deu origem ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, o único do gênero em todo o mundo, que conta com a decisiva participação do setor empresarial para seu sucesso. A iniciativa já conta com 220 empresas, associações comerciais e entidades da sociedade

civil, que possuem um faturamento equivalente a mais de 20% do PIB brasileiro.

Neste momento de crescimento econômico e de realização de grandes obras de infraestrutura, é importante que as empresas considerem os impactos que a movimentação de milhares de trabalhadores podem causar em comunidades remotas, como as que estão sendo atingidas pela implantação de canteiros de obras na região amazônica. As empresas devem ter a capacidade de avaliar e tomar medidas para eliminar riscos aos direitos humanos não apenas de seus próprios trabalhadores, mas também dos moradores das comunidades atingidas, que podem ter desestruturadas sua cultura e estrutura social.

PAINEL 3 – FINANCIAMENTO DA NOVA ECONOMIA

A crise financeira de 2008-2009 mostrou ao mundo que as instituições financeiras ainda têm muito a caminhar para se integrarem ao esforço coletivo que vem sendo desenvolvido por agências da Organização das Nações Unidas, países e muitas empresas em direção a transformações estruturais na economia. É preciso trabalhar sobre os papéis que devem ser exercidos por estas instituições no financiamento à inovação e às mudanças estruturais da economia.

O Brasil passou por esse período de crise menos impactado do que as economias centrais do Norte. Mesmo os bancos brasileiros conseguiram manter um desempenho de rentabilidade bastante alto neste período, o que não significa que adquiriram imunidade frente às crises globais. O país convive com a maior taxa primária

de juros do mundo, em torno de 12% ao ano, enquanto as taxas cobradas dos consumidores e dos clientes de bancos vão a 200% ao ano, ou mais. O sistema financeiro tem um papel estruturante na economia, de oferecer recursos para os negócios e para o consumo, além de

garantir a oferta de crédito para as grandes obras. Isto é feito por bancos públicos e privados, por financeiras e por bancos de fomento, como o BNDES. Nenhuma mudança estrutural na economia pode prescindir da participação das instituições desse sistema. No entanto, o próprio sistema precisa internalizar alguns princípios de sustentabilidade, de forma a conseguir incorporar essas questões em sua principal atividade, que é a oferta de crédito.

Para instituições que atuam no Brasil, as questões relacionadas à reputação tornaram-se fatores

Bancos e instituições financeiras são responsáveis por irrigar a economia com recursos para infraestrutura, empreendimentos, produção e consumo. Dinheiro que pode ajudar a manter o atual modelo de desenvolvimento ou estimular a transição para uma economia includente, verde e responsável.

de competitividade entre as bandeiras. No entanto, ainda há um caminho a ser percorrido até que princípios e protocolos de intenções já firmados, como os Princípios do Equador, que impõem quesitos socioambientais para a concessão de créditos acima de US\$ 10 milhões, sejam realmente eficazes para conter projetos que não ofereçam garantias socioambientais. É um avanço, assim como os debates dentro de grandes bancos sobre “finanças sustentáveis”. Mas é necessário avançar mais.

Segundo Reginaldo Magalhães, que defendeu uma tese sobre finanças sustentáveis na Universidade de São Paulo, a reputação é cada vez mais um ativo a ser valorizado, conquistado, preservado e acumulado pelos bancos, para que garantam a estabilidade dos seus negócios e possam adquirir capacidade de influenciar no desenvolvimento das regras de funcionamento dos mercados.

Em meio ao desafio de lidar com um novo e complexo contexto social e político, qual o melhor caminho para financiar a nova economia? Será que utilizar as compras públicas para a

criação de linhas de crédito e incentivos para o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos é uma alternativa? Deve-se apostar no fomento de novos modelos de negócio, como negócios inclusivos, negócios sociais e *impact investing*? Existem outras possibilidades?

Um dos pontos mais importantes do financiamento a projetos inovadores é a forma como os bancos e instituições de fomento avaliam os riscos de investimento. Afinal, não se pode avaliar esses projetos com base em desempenhos passados. É preciso uma forte intenção de investir no futuro.

Outro agente essencial do mercado financeiro é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atualmente já possui ações voltadas à transição para a nova economia, como os fundos verdes e a disponibilidade de financiamento para os projetos do Proinfra. Essas medidas, porém, poderiam ser ampliadas e cobrir um número maior de projetos. Dessa forma, o BNDES atuaria como o principal agente financiador de projetos de economia verde de maior porte.

PAINEL 4: ENERGIA

A questão energética está essencialmente atrelada ao desenvolvimento da economia e à qualidade de vida das pessoas, mas sua geração e consumo representam importantes pressões sobre os recursos naturais. O padrão energético mundial está baseado em combustíveis fósseis, sendo responsável pela quase totalidade das emissões do principal gás do efeito estufa, o CO₂.

As crises do petróleo, na década de 1970, impulsionaram, por questões de segurança energética, a busca por independência desse combustível. Cerca de 30 anos depois, a comprovação das causas antropogênicas do aquecimento global, mediante a queima de petróleo e demais combustíveis fósseis, vem acelerando esse processo de transição que deve levar à consolidação de uma outra fase da história da energia e da própria economia, tal

a transversalidade do tema e a relação direta com os modos de produção.

Hoje, as fontes renováveis são responsáveis por apenas 12,9% da oferta de energia primária no mundo. Entretanto, o planeta dispõe de um grande potencial para obtenção de energia por meio de fontes renováveis. De acordo com o Relatório Especial divulgado pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), em maio de 2011, essas fontes poderão suprir 80% da demanda por energia em 2050. A biomassa, a energia eólica e a energia solar serão, dentre as renováveis, as mais aptas a contribuir para essa substituição da matriz energética nos próximos 40 anos.

Há estimativas de que as fontes renováveis possam fornecer até 77% das necessidades globais em

2050, de acordo com as escolhas e as políticas governamentais que sejam adotadas, e também cresce o desenvolvimento de outras alternativas de redução de emissões de carbono, como os processos de captura e armazenamento de carbono, o chamado CCS, na sigla em inglês.

Nesse cenário global, ávido por energia – não apenas para o crescimento econômico, mas também para a inclusão de 1,6 bilhão de indivíduos que ainda não têm acesso à energia elétrica, por exemplo – e altamente dependente das fontes fósseis para gerá-la, o Brasil encontra-se numa posição privilegiada. Em um mundo no qual a matriz energética total é 80% derivada de fontes fósseis, o Brasil apresenta uma matriz energética total 47% renovável e uma matriz elétrica com 83% de composição renovável. Além disso, o país tem um amplo potencial de crescimento nas principais fontes renováveis (hidrelétrica, eólica, solar e de bioeletricidade) e tecnologia própria em biocombustíveis, esta última desenvolvida após o primeiro choque do petróleo, em 1973. Além do mais, a maior parte das emissões brasileiras de gases de efeito estufa não está relacionada à geração de energia elétrica ou aos processos industriais. Isso significa que, diferentemente do que ocorre com outras nações emergentes, como China e Índia, o Brasil não precisa alterar os fundamentos de seu modo de produção. Pelo contrário, nossas matrizes energéticas total e elétrica representam importante diferencial competitivo, tornando os produtos brasileiros mais “limpos” e, dessa forma, mais desejados no mercado internacional.

Ampliar a oferta de energia – atendendo ao crescimento dos mercados interno e externo –, manter e ampliar o aspecto renovável de suas matrizes e assegurar a modicidade tarifária são desafios para o país, que, pelo lado das oportunidades, pode reforçar seu protagonismo na questão climática e fortalecer sua posição geopolítica, explorando melhor suas vantagens comparativas. Os viabilizadores desse novo desenho são a ampliação dos estímulos regulatórios e fiscais à geração de energias renováveis – e consequente diminuição de incentivos ainda existentes para a

geração a partir de fontes fósseis, frutos do começo do presente século, quando a escassez de energia exigiu medidas de curto prazo, baixo custo e rápido resultado, mas insustentáveis no tempo e incompatíveis com o padrão de desenvolvimento que queremos e podemos conquistar – e o aprofundamento do diálogo nacional sobre qual matriz energética queremos e podemos ter.

Interesses e visões das diversas esferas governamentais (traduzidos em seus órgãos de decisão, planejamento, regulação, licenciamento e despacho energético), do setor privado concessionário e dos movimentos sociais e ambientalistas precisam ser debatidos com a frequência e profundidade exigidas por esse tema, central e decisivo para o país e

para o mundo. Monitorar o carbono na cadeia produtiva, investir em eficiência energética e no consumo consciente, conquistar políticas tecnológicas inovadoras, mobilizar a sociedade e estimular as mudanças culturais e comportamentais necessárias são alguns elementos essenciais que só serão atingidos por meio desse imprescindível diálogo.

Este painel refletirá sobre a matriz energética que melhor explora o potencial das fontes limpas e renováveis do Brasil e, ao mesmo tempo, atende à demanda energética necessária para sustentar o crescimento da economia. Para tanto, será preciso enfrentar a questão do diálogo entre os vários atores na discussão e implementação de estratégias energéticas, tocando-se, no limite, no próprio modelo de governança que viabilize o melhor aproveitamento das vantagens comparativas do país e a consolidação de uma posição geopolítica privilegiada no cenário global.

PAINEL 5: BIODIVERSIDADE

A construção de um modelo de convivência entre a crescente demanda por recursos para a expansão do agronegócio, uma das principais frentes econômicas do país, e a imposição de limites para a ocupação de territórios que devem ser mantidos em seu estado natural, em virtude dos serviços ambientais que prestam, é uma dos dilemas mais atuais da sociedade brasileira.

Em dezembro de 2010 quase 200 países assinaram, na cidade de Nagoia, Japão, compromissos globais para a preservação da biodiversidade. Entre outros pontos, foi aprovada a decisão de, até 2020, aumentar para 17% o total de áreas terrestres do planeta protegidas por lei. E para 10% as áreas marinhas. Atualmente, as áreas terrestres protegidas estão em 13%. E as marinhas em menos de um por cento. Os governos também assumiram o compromisso de restaurar pelo menos 15 por cento das áreas já degradadas e impedir a perda dos recifes de corais, uma das áreas mais importantes para a diversidade da vida nos oceanos. No entanto, as decisões sobre os recursos necessários para o cumprimento dessas metas ficou para uma decisão em 2012.

Em 2006 o Brasil já havia assumido 51 metas frente à comunidade internacional em relação à preservação de sua biodiversidade, mas apenas duas foram efetivamente cumpridas: a publicação de listas e catálogos das espécies brasileiras e a redução de 25% do número de focos de calor (queimadas) em todos os biomas. Quatro metas alcançaram 75% de cumprimento – conservação de pelo menos 30% do bioma amazônico e 10% dos demais biomas, aumento dos investimentos em estudos e pesquisas para o uso sustentável da biodiversidade, aumento no número de patentes geradas a partir de componentes da biodiversidade, e redução em 75% na taxa de desmatamento na Amazônia. O Brasil foi ainda responsável por quase 75% das áreas protegidas criadas no mundo desde 2003.

A valoração da biodiversidade é um dos principais desafios do modelo econômico, porque sem “preço” os serviços ambientais da biodiversidade não podem ser

avaliados pela métrica tradicional do mercado, e se não podem ser avaliados, são naturalmente contabilizados como “sem valor”. As disputas por espaço enfrentam vários desafios além da expansão da fronteira agrícola, como a construção de barragens para a geração de eletricidade, e a ocupação de áreas próximas às cidades o crescimento urbano.

Se forem mantidos os hábitos alimentares atuais, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) prevê que a produção de carnes precisará crescer 48% até 2030, e mais 21% de 2030 a 2050. Para prover a segurança alimentar nos próximos 40 anos, será necessário um aumento de 70%

Incorporar a biodiversidade como valor, inseri-la nos processos econômicos e mediar os conflitos entre a preservação e os múltiplos usos do solo estão entre os principais desafios para o Brasil. O país é detentor da maior floresta tropical ainda preservada, a Amazônia, e abriga cerca de 20% de toda a diversidade de vida da Terra.

na produção agrícola mundial, aumento este que não diz respeito apenas aos alimentos que seguem diretamente para a mesa dos consumidores, mas principalmente aos destinados à produção de ração e comida para animais. O desafio de conjugar as políticas relacionadas ao meio ambiente e à conservação da biodiversidade com as demandas de crescimento econômico também deve considerar os dilemas que se apresentam diante das opções e escolhas que se farão, como é o caso da necessidade de expansão da oferta de energia. A opção pela implantação de novas hidrelétricas nas bacias de rios amazônicos pode representar impactos em regiões até agora mantidas livres da influência da economia moderna.

Como exemplo de políticas de transição para uma economia mais amigável com a biodiversidade está a fixação do preço mínimo para produtos extrativistas, iniciada em 2008. Ainda não é suficiente para criar mecanismos de mercado que assegurem a inserção e manutenção das atividades extrativistas com base em uso sustentável das florestas, principalmente na disputa com outras atividades econômicas que competem por usos do solo, mas é um início.

O desafio é assegurar que o valor dos serviços ecossistêmicos seja considerado na contabilidade nacional e global, bem como na gestão financeira da produção.

PAINEL 6 – RESÍDUOS SÓLIDOS

O Brasil trabalha para implantar uma das mais modernas e complexas legislações para a gestão de resíduos do mundo. Para que se consiga atingir plenamente os objetivos da lei será necessário que todos os envolvidos, empresas, governos e cidadãos contribuam com ações que permitam estabelecer a logística reversa necessária para que todas as classes de resíduos sejam destinados corretamente à reciclagem, reúso, compostagem ou aterros sanitários.

Em 2010, as cidades brasileiras geraram 60,8 milhões de toneladas de resíduos sólidos, 6,8% mais que em 2009, com um índice seis vezes superior ao de crescimento populacional urbano no mesmo período. Isto significa uma média de 378 quilos por pessoa, 5,3% superior à de 2009 (359 quilos). Apesar deste aumento, o país melhorou em relação à coleta e 97% de todos os dejetos em área urbana foram recolhidos, quantidade 7,7% superior à de 2009. Contudo, apenas 12% destes foram encaminhados para reciclagem. Mesmo quando 57,6% dos municípios brasileiros afirmam ter iniciativas de coleta seletiva, estas são de pequeno alcance, resumindo-se, na maioria das vezes, a pontos de entrega voluntária. Ainda existe uma alta utilização de lixões a céu aberto, sendo este o destino de 42,4% dos materiais coletados, contra 57,6% colocados em aterros sanitários (56,8% em 2009).

A nova lei exige que, no prazo de dois anos, sejam elaborados de planos de resíduos sólidos em âmbitos nacional, estadual e municipal, que erradiquem os lixões. Estes planos devem apresentar metas de redução, reutilização e reciclagem. Sobre esse ponto, Samyra Crespo, secretária de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente, alerta que, após as eleições municipais de 2012, pode haver pressão dos novos

prefeitos para alterar esses prazos, dando mais tempo às novas administrações.

A base da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Por ela, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são considerados responsáveis pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos produtos pós-consumo. Esta logística reversa deve ser estruturada de forma independente do serviço de limpeza urbana. Contudo, a nova legislação prevê acordos setoriais entre governos e setor privado para ampliação da coleta seletiva, e ainda a possibilidade de remuneração do setor público pelas empresas, caso o poder executivo se disponha a operar o retorno dos materiais ao ciclo produtivo. Já os consumidores poderão ser punidos com multas de R\$ 50 a R\$ 500 caso não façam a separação adequada de seu lixo, onde já existir um sistema de coleta para reciclagem.

A PNRS também prevê a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, assim como instrumentos de incentivos à criação e ao desenvolvimento de cooperativas nesta área. O Movimento Nacional dos Catadores de

Empresas, governos e consumidores têm o desafio de entender o que significa o termo “responsabilidade compartilhada”, presente na nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada no final de 2010, e que precisa de um forte empenho coletivo para sua plena implantação.

Materiais Recicláveis, criado em 2001, conta, hoje, com 35 mil catadores cadastrados e reunidos em 330 grupos de cooperativas. A estimativa total do número de catadores no país, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, varia entre 300 mil e 1 milhão de pessoas. Uma das expectativas é que essa estrutura se converta em um verdadeiro negócio, capaz de oferecer ganhos de capital e benefícios trabalhistas, econômicos e sociais e todos os envolvidos.

PAINEL 7 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS IMPACTOS NA NOVA ECONOMIA

A confirmação das causas antropogênicas do aquecimento global, na primeira década deste século – ligadas às emissões de gases de efeito estufa inerentes aos modelos de produção, de energia e bens, bem como às formas de uso da terra e hábitos de consumo – deram margem ao rápido aprofundamento de um processo disruptivo iniciado na década de 1970. Naquele momento, os dois “choques do petróleo” (1973 e 1979) obrigaram países, blocos de países e grandes companhias a buscar alternativas para substituição desse combustível fóssil. Esses esforços resultaram, por exemplo, no desenvolvimento da primeira geração de biocombustíveis (Brasil), dos primeiros veículos elétricos (Estados Unidos) e das formas de produção em larga escala da energia nuclear (Alemanha e França), além de novos patamares regulatórios e de planejamento energético (Escandinávia e Holanda). Esboçava-se, assim, uma nova fase da economia, ainda ignorante da profundidade dos danos ambientais e pautada exclusivamente por questões de segurança energética e geopolítica econômica e militar.

As comprovações do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) ampliaram a necessidade de mudanças estruturais e as sucessivas conferências climáticas, deflagradas pela Eco (Rio)-92 – quando se estabeleceu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima –, levaram a uma primeira tentativa de regulamentação

que foi o Protocolo de Kyoto (1997). Este estabeleceu metas de redução para os países historicamente emissores – agrupados sob o Anexo I do protocolo – e compromissos mais genéricos para as demais nações, além de instituir o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) que possibilitou a habilitação de projetos de países de outros anexos para transação em um mercado internacional de carbono, auxiliando os países do Anexo I no cumprimento de suas metas e viabilizando iniciativas inovadoras nos emergentes.

A mudança global do clima está na pauta de países, empresas e indivíduos como o maior desafio do século XXI. Além de questão de sobrevivência de espécies, inclusive a humana, trata-se de um deflagrador de significativas mudanças nos modelos de produção e vida da contemporaneidade. Ainda à espera de formas eficazes de governança – global e local –, o tema já provocou o surgimento de milhares de iniciativas, dispersas, mas com alto poder de inovação e transformação, que caminham para a consolidação de uma nova fase da economia.

Não ratificado pelo maior emissor histórico, os Estados Unidos, nem pelo maior emissor contemporâneo, a China, o protocolo está longe de atingir os resultados esperados em termos de redução das emissões globais de gases de efeito estufa, correndo o risco de não ser prorrogado ou substituído em 2012, deixando um vácuo regulatório muito crítico. O seu cumprimento já não seria suficiente para evitar o aquecimento do planeta acima dos 2°C, temperatura limite a partir da qual o ritmo de desaparecimento de espécies animais e vegetais aproximar-se-ia do das grandes extinções ocorridas nos períodos Permiano e Cretáceo. E a ausência de compromissos mínimos pode acarretar impactos geopolíticos ainda difíceis de mensurar, mas que não excluem até mesmo conflitos armados e a debacle de diversas populações vulneráveis. Como sempre, os pobres do planeta serão os que mais sofrerão.

Enquanto isso, em meio ao andar lento das negociações multilaterais no âmbito da ONU, um número ainda pequeno, mas já expressivo, de empresas vem buscando soluções e alternativas de inovação tecnológica, apostando que, cedo ou tarde, todos terão de se adaptar aos novos padrões de produção e consumo. Essa nova “revolução no capitalismo” não será, portanto, diferente das anteriores, ou seja, como sempre, a nova fase da economia será “inovada”, e não instituída por decreto. E, também como sempre, os que saírem na frente (e forem bem-sucedidos, pois obviamente nem todos o serão) acumularão importantes vantagens comparativas.

A resistência dos Estados Unidos e da China, verdadeiro G2 do imbróglcio climático, tem travado o avanço das negociações. É importante, entretanto, lembrar que, internamente, ambos os países buscam avançar em termos de inovação tecnológica voltada para a chamada economia verde. A China, por exemplo, tem demonstrado ser muito ávida em aproveitar as oportunidades geradas pela demanda de “tecnologias limpas”, exportando, em larga escala, equipamentos (como turbinas para a produção de energia eólica) fabricados, entretanto, a partir de sua matriz energética de base fóssil. Nesse cenário, países como o Brasil e a África do Sul representam importante contraponto. Com sua matriz elétrica 80% renovável, e contando também com uma das mais equilibradas matrizes energéticas totais, o Brasil vem despontando como possível liderança climática, especialmente após a significativa redução de emissões por desmatamento e após a adoção de compromissos voluntários de redução de emissões durante a COP-15 (média de 38% até 2020). Esses avanços estão consubstanciados na Política Nacional sobre Mudança do Clima

(PNMC), sancionada em dezembro de 2009, e nos mecanismos de redução (NAMAS) que o país enviou à ONU em janeiro do ano seguinte.

Resta, agora, um árduo e complexo trabalho regulatório a ser concluído, por meio dos diversos planos setoriais, e sua compatibilização tanto com a manutenção da competitividade das empresas nacionais, que, não custa lembrar, concorrem com as empresas chinesas, norte-americanas e europeias, quanto com as demais regulações estaduais e municipais às quais as companhias estão submetidas, podendo gerar uma complicada sobreposição e eventual dupla taxaço. Falta ainda, evidentemente, uma governança capaz de promover esse equilíbrio. A participação das empresas nesse processo de regulamentação da PNMC é desejável e necessária. Lembre-se, a propósito, o exemplo que algumas das maiores companhias brasileiras deram ao mundo, em agosto de 2009, ao se posicionarem favoravelmente às metas brasileiras e se comprometerem a inventariar, divulgar e reduzir suas próprias emissões. Isso num momento em que milhares de empresas e lobistas faziam justamente o movimento contrário junto ao Congresso norte-americano.

O estabelecimento de padrões únicos de medição, *reporting* e verificação, bem como a instituição de um mercado nacional de emissões, no qual os agentes possam transacionar, já que estarão adstritos a metas, também parecem questões cruciais para o avanço. Nunca, desde o século XVI, o Brasil acumulou tantos ativos estratégicos e vantagens comparativas. Consolidá-los e transformá-los em vantagens competitivas e liderança global é o desafio que temos de enfrentar. E para isso será imprescindível a participação de todos os setores da sociedade.

PAINEL 8 – INFRAESTRUTURA PARA A NOVA ECONOMIA

Infraestrutura, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), inclui a prestação de serviços públicos de abastecimento de água, energia elétrica, gás natural, coleta de resíduos, tecnologias de informação e comunicação (TICs), rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, drenagem e irrigação. Todos estes itens podem ser oferecidos dentro de um conceito de economia tradicional, baseado em energia fóssil e desperdícios generalizados em toda a cadeia de valor, ou repensados de forma a otimizar recursos, maximizar benefícios para a sociedade e minimizar impactos ambientais.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) propõe uma distinção entre infraestrutura social e urbana (suporte aos cidadãos e seus domicílios, constituído por habitação, saneamento e transporte urbano) e infraestrutura econômica (apoio às atividades do setor produtivo, englobando os setores de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia elétrica, petróleo e gás natural, biocombustíveis e telecomunicações). Independentemente das particularidades das definições, é importante discutir quais as mudanças inerentes à nova economia necessárias para se ampliar os benefícios pretendidos pelos investimentos em infraestrutura já previstos no país, seja pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), ou pelas obras previstas para os grandes eventos internacionais no Brasil, como a Copa do Mundo e a Olimpíada.

A maior parte das propostas apresentadas no PAC, lançado em 2007, tem como objetivo enfrentar os principais gargalos do crescimento econômico do país nos próximos anos. O programa propõe aplicar, em quatro anos, um total de investimentos em infraestrutura da ordem de R\$ 503,9 bilhões, distribuídos nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos.

Os meios de transportes e a matriz energética são setores que terão prioridade na transição para a nova economia. Para o setor energético, por exemplo, o PAC previu R\$ 274,8 bilhões, que correspondem a 54,5% do total dos recursos investidos em infraestrutura. Pensar esta infraestrutura significa projetar o crescimento da oferta de energia a partir de matrizes renováveis e tratar de estabelecer uma logística baseada em meios menos impactantes, como ferrovias, hidrovias e cabotagem, por exemplo.

As energias renováveis atendem quase 15% da demanda mundial por energia primária. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) ressalta que essa porcentagem precisa ser dobrada até 2050 em um cenário de economia verde. Os investimentos em energia renovável podem implicar significativos benefícios, tais como a melhora da saúde pública, a segurança energética e a atividade econômica. Para o Pnuma, um investimento anual próximo de 1,25% do PIB mundial em eficiência energética e energias renováveis poderia reduzir a demanda global por energia primária em 9%, em 2020, e em 40% até 2050.

A mudança de eixo da economia para um modelo de desenvolvimento sustentável precisa de infraestrutura adequada, com energia limpa, logística inteligente e oferta de serviços públicos focada no desenvolvimento humano.

Os custos ambientais e sociais dos transportes, em termos de poluição do ar, acidentes e congestionamento do tráfego, podem chegar, atualmente, a cerca de 10% do PIB de um país ou região. Segundo o *Green Economy Report*, do Pnuma, as políticas para tornar mais verde o setor

dos transportes abrangem desde o fomento à utilização de transportes públicos e não motorizados até as que promovem a eficiência de combustíveis e veículos menos poluentes.

O investimento anual de 0,34% do PIB global até 2050 no setor de transportes pode reduzir a utilização de petróleo em 80% em relação à situação atual – elevando a taxa de emprego em 6%, sobretudo na expansão dos transportes

públicos. Assim, o setor de transportes pode revitalizar e diversificar a economia.

A criação de empregos verdes, a promoção do comércio sustentável e a geração e distribuição de renda, aliados à redução da poluição e do uso de recursos e energia, são alguns dos exemplos concretos do que é possível acontecer se houver planejamento e ação focada em infraestrutura para a nova economia.

PAINEL 9 – ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA

O governo brasileiro lançou, no primeiro semestre deste ano, o Plano Nacional de Erradicação da Miséria, que tem como alvo principal os 16,2 milhões de brasileiros identificados pelo Censo 2010 do IBGE como aqueles que vivem em lares cuja renda familiar é de até R\$ 70 mensais por pessoa. Entenda-se a miséria ou pobreza extrema, definida pelo Banco Mundial, como a privação do bem-estar que compreende uma série de dimensões, incluindo-se nessa equação, rendimentos econômicos insuficientes, acesso limitado à aquisição de produtos básicos e aos serviços necessários para a sobrevivência digna, como alimentação, vestuário, educação, habitação e saúde. Em consequência dessas carências, as pessoas possuem capacidades e oportunidades muito limitadas para melhorar suas vidas e de suas famílias.

Para a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), os fatores causadores da miséria estão associados às desigualdades econômicas, a concentração de renda, a má distribuição da educação, a informalidade e o desemprego. A organização latino-americana deixa claro que a solução para a erradicação da miséria passa pelo crescimento econômico, mas não só! Ao lado do crescimento devem ser adicionadas medidas estruturais e políticas sociais que criem uma situação favorável de inserção dessas pessoas ao mercado formal.

O Plano Brasil sem Miséria, nome popular do projeto federal, tem a pretensão de equacionar alguns desses principais problemas, elevando a

renda e as condições de bem-estar, agregando transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva. Para obter os resultados almejados, o plano pretende estabelecer parcerias com Estados, municípios, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade civil, e, assim, incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo crescimento econômico do país.

Ao lado das propostas apresentadas no plano de combate à miséria do governo, as organizações do terceiro setor, empresas e entidades de classe privadas podem exercer um papel de relevância, contribuindo na orientação e capacitação profissional, no apoio a ações de empreendedorismo e de comércio justo e solidário, além de colaborar para a geração de empregos, inclusive os chamados empregos verdes (*vide Painel 10 – Trabalho Decente e Empregos Verdes*).

Erradicar a miséria é um compromisso assumido pelo governo federal que deveria ter prioridade na agenda global e ser abraçado por todos os setores da sociedade brasileira.

É consenso a importância da inserção no mercado de trabalho para o crescimento econômico, produção e geração de riquezas. A renda propiciada pelo trabalho exerce papel fundamental na vida das famílias, sendo garantia de estabilidade e desenvolvimento social.

Por meio do trabalho, as pessoas são capazes de construir suas identidades e fazer valer

seus direitos de cidadania plena. As empresas também têm uma forte influência nos territórios-sede de suas unidades.

Podem, com isso, exercer um papel importante por conhecer as demandas dessas comunidades e integrar suas ações aos projetos de políticas públicas nas diversas esferas de governo.

PAINEL 10 – TRABALHO DECENTE E EMPREGOS VERDES

O desenvolvimento sustentável deve passar, necessariamente, pela ampliação do respeito aos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que cria empregos “verdes”, com baixo impacto na emissão de carbono, para substituir os empregos “marrons”, insustentáveis ao longo do tempo. Definições diferentes, mas complementares quando se pensa em qualidade de vida, desenvolvimento profissional e satisfação pessoal. Em sua essência, o trabalho decente é aquele que promove as oportunidades necessárias para que mulheres e homens possam ter uma atividade laboral em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, além, é claro, de realização profissional, com oportunidades e renda justas e socialmente inclusivas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a expansão do trabalho decente contribui para a paz de comunidades e a redução da pobreza.

No Brasil, mesmo tendo em conta o aumento substancial nos últimos anos de trabalhadores “com carteira assinada”, ainda é preciso avançar

quanto à inclusão de enormes contingentes de trabalhadores que vivem na informalidade. A terceirização também é outro aspecto que carece de regulamentação e clareza quanto à garantia dos direitos dos trabalhadores. Um dos caminhos apontados pela OIT é o do processo de diálogo social capaz de discutir e criar políticas de enfrentamento ao desemprego, acelerar a formalização da economia, garantir o respeito aos direitos fundamentais e promover a igualdade de oportunidades de gênero e raça.

Entendem-se como “empregos verdes” aqueles que reduzem o impacto ambiental das empresas e dos setores econômicos para que cheguem a níveis sustentáveis. Eles ajudam a reduzir o consumo de água, energia e matérias-primas, e colaboram, portanto, para a redução da emissão dos gases de efeito estufa, além de combater o aumento da poluição e a degradação dos ecossistemas. Contribuem também para a ampliação do conceito e das possibilidades geradas pelo trabalho decente. No entanto, emprego verde não é automaticamente

Melhorar a qualidade e a sustentabilidade dos empregos é consenso; já a sua implementação ainda requer empenho de legisladores, gestores públicos e do empresariado na busca por novos paradigmas. Essa é, também, uma das principais bandeiras do movimento sindical.

trabalho decente. Para que possam ser uma ponte para um futuro sustentável e de justiça social, requerem ações concretas das empresas e do poder público.

Os empregos verdes estão distribuídos entre diversos setores, como o agrícola, o da construção civil, o industrial e o de serviços. Eles envolvem uma série de profissionais com formações distintas, ainda em sua maioria com atuação em setores tradicionais, mas adaptados à nova realidade. É o caso, por exemplo, da indústria da energia eólica e solar, que se utiliza de setores tradicionais, como fabricantes de peças de ferro e aço.

Há uma clara tendência de ampliação dos empregos verdes no mercado, apontada por especialistas, mas eles são limitados em sua expansão pelo ainda baixo comprometimento

de setores estratégicos com a transição para uma economia de baixo carbono.

Por exemplo, dos pouco mais de 2,6 milhões de empregos verdes existentes no Brasil, cerca de 800 mil estão alocados em transportes coletivos e alternativos, enquanto um setor com enorme potencial como o de produção agrícola e manejo florestal ocupa apenas o 6º. lugar, com cerca de 140 mil empregos.

Vale destacar o peso do setor agrícola na economia brasileira e a importância de se adotarem medidas positivas de adaptação às mudanças climáticas e de preservação ambiental.

Em áreas como a pesca, a previsão é de queda significativa no nível de empregos, caso não sejam adotadas ações rumo à sustentabilidade.

PAINEL 11 – EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

A humanidade hoje é capaz de criar e transformar as condições de vida na Terra, com um alcance jamais visto. Portanto, cada atitude precisa estar permeada pela visão sistêmica, da interdependência e da interconexão de todos os seres e elementos. Além da inteligência e da competição, é necessário, sobretudo, estimular a ética do cuidado, da colaboração e a cultura da paz. O momento é de uma mudança de era, onde currículos e olhares individualistas e fragmentados devem dar lugar à consciência e cidadania planetária.

Utilizar a tecnologia e conhecimentos acumulados para reverter o quadro crítico atual requer compreender a interdependência de tudo e todos, enxergando as

inúmeras interações, micro e macroscópicas, que garantem a vida de cada ser na Terra. A construção desta visão passa por uma nova Educação, não pautada na recompensa aos poucos (e, em geral, mais agressivos) vencedores. Mas, sim, na promoção da evolução de cada pessoa, para ela se tornar apta a viver bem em grupo, cuidando de si e dos descendentes que gerar, assim como da própria natureza que a serve. Não é apenas a formal, do intelecto, mas, sobretudo, do caráter, onde o compartilhar saberes se alie a valores comunitários, como o respeito ao coletivo para além de interesses pessoais. Valores que substituam a cultura da aversão e do medo, pela de confiança, acolhimento das diferenças e bem-querer mútuo, de forma a eliminar a ânsia de agredir, dominar e explorar.

Quais são os conhecimentos, valores e habilidades necessários para uma sociedade sustentável? Que processos, tanto na educação formal como na informal, podem construí-los?

Como diz a professora Maria Raquel Grass, defensora da alfabetização para a sustentabilidade, é preciso resgatar essa compreensão da vida e o nosso senso de conexão. Ela salienta como público-alvo desta formação não apenas crianças e jovens, mas também os estudantes das escolas de negócios e os líderes empresariais. “Das cem maiores entidades do mundo, 49 são países e 51, empresas”, justifica. A base da nova educação precisa visar à cidadania planetária, inserindo o indivíduo, ao mesmo tempo, nas comunidades local e planetária. “Não vejo o mundo com conceito de países, vejo um mundo sem fronteiras. A atitude tem de ser global hoje. Precisamos encontrar uma

forma nova de pensar para encontrar soluções criativas para os problemas estruturais que ainda temos que resolver”, declara Mozart Neves Ramos, presidente executivo do movimento Todos pela Educação.

No Brasil, entretanto, ainda é necessário solucionar questões básicas de qualidade do ensino, como professores despreparados e com salários baixos e a falta de informações qualificadas sobre o desempenho de todo o sistema de ensino. É necessário que o debate se desloque das questões administrativas e de gestão do sistema de ensino para o conteúdo tratado e os processos de aprendizagem.

PAINEL 12 – GESTÃO DA ÁGUA

Levantamento divulgado este ano pela Agência Nacional de Água (ANA) aponta que o problema do abastecimento de água é generalizado no Brasil. Dos 5.565 municípios brasileiros, mais da metade terá problemas de abastecimento até 2015. E para tentar adiar o problema por ao menos uma década será preciso desembolsar R\$ 22 bilhões em obras de infraestrutura, construção de sistemas de distribuição, novas estações de tratamento e manutenção de redes muito antigas, que perdem mais de 30% da água tratada antes de chegar à casa dos clientes. E nesse valor não estão incluídos os recursos necessários para resolver o problema do saneamento básico, com a construção de sistemas de coleta de esgoto e estações de tratamento, de forma a proteger os mananciais em que se faz a captação para consumo humano. Para isso, segundo a ANA, serão necessários outros R\$ 47,8 bilhões.

Os investimentos são necessários porque 13% dos brasileiros não têm um banheiro em casa ou porque mais de 700 mil pessoas recorrem aos serviços de saúde a cada ano em virtude de doenças provocadas pelo contato com água contaminada por esgotos. Especialistas

apontam que a questão da água, ao menos no caso brasileiro, está mais ligada a problemas relacionados à governança do que à escassez propriamente dita. Com 12% da água doce superficial do planeta, grande parte dela na Bacia Amazônica, o país deveria estar tranquilo em relação ao futuro do abastecimento. Mas a distribuição da água pelo território é desigual, principalmente quando comparada à concentração da população. A Região Norte tem 68% da água e apenas 7% da população. O Nordeste e o Sudeste concentram 72% dos habitantes e menos de 10% da água. O cientista José Galizia Tundisi, autor do livro *Água no Século XXI* e especialista nas dinâmicas de rios, lagos e outros mananciais, acredita que uma das primeiras providências a serem tomadas para melhorar a gestão dos recursos hídricos é “realizar a avaliação econômica dos serviços prestados pelos recursos dos ecossistemas aquáticos”. Para ele, instituir um valor para esses serviços é a base para uma governança adequada, essencial para o controle de clima, o abastecimento e a produção de energia e alimentos, entre outras atividades humanas.

Muitas empresas compreenderam o desafio e estão adiantadas na gestão do uso da água

em seus processos produtivos. A indústria de celulose, por exemplo, reduziu em quase 50% suas necessidades de água por tonelada de produto, desde a década de 1970. Segundo a associação do setor, a média era de 100 m³ de água por tonelada de celulose e caiu para 47 m³ atualmente. Outros setores seguiram a mesma linha, não apenas ao reduzir a quantidade de água necessária por unidade de produto, mas ao implantar sistemas de tratamento de águas industriais que permitem fechar o ciclo entre o uso e o reúso.

Quase tudo que é produzido tem sua cota de água embutida. Os especialistas denominam de “água virtual”. Como exemplo, para se produzir 1 quilo de arroz são necessários 3.000 litros de água. Uma simples xícara de café não gasta menos do que 140 litros de água.

A água é, ao mesmo tempo, um insumo econômico e um direito social. É urgente que o tema água esteja incorporado ao debate geral da sustentabilidade, desde os processos produtivos até os hábitos de consumo, passando, evidentemente, pela questão das mudanças climáticas. É também necessário o entendimento de que, mesmo sendo um insumo renovável, a água não é inesgotável.

Não é que essa água desapareça depois de servido o cafezinho, mas para se chegar aos produtos tão necessários nas mesas das pessoas é preciso que ela esteja não apenas disponível, mas limpa, isenta de contaminações por esgotos ou produtos químicos. E há mais. Para um automóvel chegar à garagem dos brasileiros, o consumo de recursos hídricos chega a 150 mil litros. Ou seja, a economia precisa, e muito, de água de boa qualidade.

Um dos desafios para a boa governança da água é sua valoração nos processos produtivos e o estabelecimento de padrões para mensuração da quantidade implicada em cada etapa, ou seja, aquilo que se tem costumado chamar de “pegada hídrica”. Avanços nessa agenda poderiam resultar em novos critérios para a concessão de empréstimos para empresas e obras de infraestrutura.

PAINEL 13 – CIDADES SUSTENTÁVEIS

No Brasil, mais de 75% da população vive em áreas urbanas e este percentual deve atingir 85% em vinte anos. O crescimento descontrolado dos núcleos urbanos, com a degradação da qualidade ambiental e o aumento dos problemas sociais, são fatores que devem ter a atenção de gestores públicos, empresas, organizações sociais e da sociedade em geral. A qualidade de vida nas cidades deve ser uma das principais prioridades nas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Encarar o atual quadro das áreas urbanas como resultado de processos conjunturais e cruzar os braços é simples. Buscar formas de administrar os processos sociais e abandonar a visão das cidades como espaços caóticos é uma das

propostas dos movimentos que visam à criação – ou reconstrução – de cidades sustentáveis. Mas, o que seria exatamente uma cidade sustentável? Como ela estaria organizada? É preciso reconstruir as atuais cidades ou existem alternativas para colocá-las na lógica da sustentabilidade?

Cidade sustentável é um fenômeno em construção, que pressupõe um conjunto de mudanças e “depende da capacidade de reorganizar os espaços, gerir novas economias externas, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações e superar as desigualdades socioeconômicas como condição para o crescimento econômico e não como sua consequência” (Alva, 1997).

A sustentabilidade no ambiente urbano depende, também, da gestão correta dos recursos ambientais da cidade, entre eles os recursos hídricos, as condições climáticas, o solo, o relevo, a vegetação. A deterioração ambiental das cidades é consequência da superexploração de seus recursos ambientais, da falta de atenção sobre seus limites e sobre a capacidade de suporte do ambiente às atividades urbanas.

A Plataforma Cidades Sustentáveis, desenvolvida pela Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e pela Rede Nossa São Paulo, representa um passo a mais no processo de construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis no Brasil. Para se conseguir que as cidades sejam espaços sustentáveis, capazes de oferecer qualidade de vida a todos os seus cidadãos, é necessário repensar o modelo de ocupação urbana, que até agora prioriza uma mobilidade elitista e uma divisão dos territórios e serviços que excluem uma grande parte da sociedade.

A Plataforma Cidades Sustentáveis é uma pesquisa que apresenta um compilado de múltiplas práticas de sustentabilidade urbana em vigência em diversas cidades do mundo – e não são poucas! O objetivo é proporcionar referências para ações públicas e privadas no Brasil, bem como contribuir com os processos eleitorais e com os programas dos candidatos, a fim de promover maior qualidade de vida nas regiões urbanas.

Se as discussões sobre cidades sustentáveis são parte de um processo em construção, alguns eventos talvez não tenham tempo de ver as ideias serem concretizadas. Nos próximos anos, o Brasil será sede de importantes encontros internacionais e a forma como as cidades estão organizadas é condição para a realização de um bom evento. A Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 foram temas da Conferência

Internacional de Cidades Inovadoras (Cici 2011), realizada em Curitiba (PR). A Conferência tratou do projeto Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios, liderado pelo Instituto Ethos, com apoio da Siemens Integrity Initiative. O projeto busca maior transparência nos investimentos públicos, tanto para o Mundial de Futebol quanto para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

De acordo com os princípios celebrados pelo projeto Jogos Limpos, o Brasil tem condições de viver uma experiência diferente da dos países que já sediaram esses megaeventos. Para isso, é necessário articular estratégias e iniciativas que facilitem a participação social. Victor Barau,

representante da Atletas pela Cidadania, organização parceira do Ethos no projeto, Copa e Olimpíadas não são pontos de chegada, mas de partida. “Precisamos usar esses eventos para garantir uma vida melhor para a população, pensando à frente, em um horizonte mais amplo”, disse.

Por todo o Brasil as cidades replicam o mesmo modelo de privilégios territoriais e de serviços, de uma mobilidade elitista e de periferias violentas, desprovidas de infraestrutura e

com indicadores de miséria e violência colocados entre os piores do mundo. E, além do momento de oportunidade das grandes obras que estão preparando espaços para os eventos mundiais que o Brasil vai sediar, o país vive um boom no mercado imobiliário, com o aumento da oferta de imóveis em quase todos os estados e cidade. A maior parte desse crescimento baseado na oferta de crédito público, que poderia ser oferecido dentro de algumas condicionantes de planejamento para a sustentabilidade.

O Painel 13 tratará ainda dos exemplos das cidades brasileiras e dos principais dilemas e decisões políticas necessárias para que as cidades se tornem cada vez mais sustentáveis.

Muitas cidades brasileiras estão recebendo obras importantes, que transformam seus sistemas de mobilidade e reconstruem seus eixos de ocupação por conta das obras do PAC e para a Copa do Mundo de 2014. É um momento especial para repensá-las.

PAINEL 14 – INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA

Há pouco mais de 25 anos assumia no Brasil o primeiro presidente civil após a ditadura militar, regime que durou outros 25 anos. Neste período, que já é o mais longo de democracia no Brasil, as instituições públicas que combatem a corrupção e estimulam a transparência, ainda que estejam longe do ideal, conseguiram grandes avanços. A ampla divulgação dos contratos e convênios do governo federal feita pela Controladoria-Geral da União no Portal da Transparência era impensável no início da década passada. Outras iniciativas parecidas em governos municipais e estaduais também têm se mostrado bem-sucedidas.

O país ainda tem o desafio de fortalecer o engajamento da sociedade em assuntos públicos. Mecanismos como Orçamento Participativo, Audiências Públicas, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Planos Diretores ainda são de pouco conhecimento. Grupos pioneiros estão, contudo, organizados para ampliar a fiscalização popular do uso e distribuição das riquezas geradas por todos e inspiram o amadurecimento da democracia participativa no Brasil.

Detentor de grandes riquezas, tanto econômicas quanto naturais, o orçamento anual federal, por exemplo, passa da casa de US\$ 1 trilhão e um estudo da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) apontou que as multinacionais brasileiras somaram US\$ 11,5 bilhões só em investimentos externos diretos (IED), em 2010. No entanto, paralelamente a essa pujança, o Brasil ainda lida com grandes desequilíbrios estruturais. Há fatores culturais que precisam ser trabalhados. Em 2008, uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) mostrou que 60% da sociedade civil e 46,1% dos servidores consideravam que seus direitos de cidadão não são respeitados pelo Estado. Como resultado, 78,4% e 22,5%, respectivamente, admitiam que já deixaram de cumprir a lei.

Reagir a este quadro não é simples. Existem, hoje, melhores meios de acompanhar e fiscalizar as decisões governamentais, como os Orçamentos Participativos, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Planos Diretores e de Meta, construídos com consultas e audiências públicas. Há também os Conselhos de Segurança, Tutelares e de Meio Ambiente, entre outros, nos quais se pode votar e checar a destinação de verbas públicas. A sociedade civil está mais organizada e fortalecida com a Corregedoria-Geral da União, a renovação dos quadros nos Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e maior liberdade de expressão. Vitórias inéditas têm sido obtidas, como na pequena Januária, em Minas Gerais, cuja associação de moradores conseguiu cassar sete prefeitos, de 2004 a 2008, por corrupção.

***Denúncias de corrupção
e escândalos políticos
relacionados ao
recebimento de propina
aparecem com frequência
em muitas partes do mundo.
Do Japão ao Haiti, passando
pela Rússia e a África do Sul.
No Brasil, não é diferente.***

Para combater a corrupção, a receita é conhecida. Mas sua efetivação é difícil e complexa. A sociedade civil precisa estar atenta e cobrar; o poder público precisa garantir transparência e fiscalizar. E as empresas precisam fazer sua parte: garantir a integridade nas suas relações internas e com os órgãos públicos. Todo caso de corrupção tem dois lados. Afinal, para existir um político ou servidor público que receba dinheiro, precisa haver uma empresa, seja de maneira espontânea ou coagida, que dê esse dinheiro.

Não são poucas as iniciativas realizadas atualmente para ampliar a integridade nas empresas. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que reúne os países com maior desenvolvimento econômico, criou as primeiras bases para o desenvolvimento de uma integridade empresarial quando estabeleceu padrões de conduta para empresas transnacionais. O Brasil é signatário desse pacto desde 1997.

Em 2000, foi a vez da Organização das Nações Unidas (ONU) fazer sua proposta. O então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, propôs a criação de uma instituição para mobilizar as empresas em torno de questões como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Essa entidade é o Pacto Global, que possui representantes no mundo todo, entre eles o Comitê Brasileiro do Pacto Global, criado em 2003. É importante ressaltar que o Pacto Global não é um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais, mas uma iniciativa de adesão voluntária, que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania.

No Brasil, há diversas iniciativas no setor público, na sociedade civil e na área empresarial. Em 2006, por exemplo, foi lançado o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. Inspirado

em iniciativas semelhantes no combate ao trabalho escravo e infantil, esse pacto também é voluntário. Outra experiência é o Cadastro Pró-Ética, uma parceria do Instituto Ethos com a CGU lançada em dezembro do ano passado, que avalia e divulga as empresas engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais.

Também em 2010 foi lançado o projeto Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios, que pretende aumentar a transparência, o controle social e a integridade nas obras e investimentos para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil. O projeto quer usar a paixão pelo esporte para estimular a população a cobrar maior transparência dos governantes, assim como engajar empresas em acordos setoriais para criar padrões de conduta das relações com o poder público mais elevados que a legislação atual.

Além da transparência, a integridade é a base sobre a qual se assentam as iniciativas mencionadas. Esse conceito deve ir muito além das questões de combate à corrupção e à fraude, incluindo também garantias de princípios comuns nos países democráticos, tais como tomadas de decisão transparentes, objetivas, confiáveis e pensando na segurança da instituição e da sociedade como um todo.

PLENÁRIA – RIO+20

O economista Ignacy Sachs acredita que a Rio+20 será a última oportunidade para a transição ordenada da economia para um modelo de desenvolvimento com base em energias limpas e biomassas. Se esse momento for perdido, a transição se dará pela dor e pelas tragédias provocadas pelas mudanças climáticas globais. Sachs acredita que se deve recolocar a ênfase sobre a responsabilidade dos Estados e estabelecer, a partir de 2012, uma agenda global de compromissos, com reuniões periódicas para a avaliação de resultados. Para ele os Estados devem retomar seu papel de planejamento estratégico de longo prazo na construção dos novos paradigmas da economia, assumindo responsabilidades com a governança desses processos.

O mandato oficial da Rio+20 é muito amplo. A conferência foi proposta à Assembleia Geral da ONU em 2007. Meses antes, o Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC, outro órgão da ONU) havia lançado um relatório em que pedia medidas urgentes para reduzir as emissões de CO₂. A Rio+20 foi convocada oficialmente dois anos mais tarde. A expectativa inicial era de que ela avaliaria os resultados dos vários acordos internacionais firmados na área de desenvolvimento sustentável (o que inclui as conferências sobre Mulheres, Cidades, Clima e outras). A partir desta análise, poderia definir compromissos comuns em Economia Verde e Governança Global do Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, essa conferência não deverá abordar os temas que já estão em discussão nas COPs, nas quais os processos de negociação já estão avançados e, em muitos casos, com soluções bem encaminhadas. A conferência do Rio deve ser um momento

importante no processo de decisão sobre os rumos da macroeconomia global e como governos e empresas que têm faturamento maior do que o PIB de muitos países devem se portar para conseguir uma transição ordenada para a economia verde. Para isso, estarão reunidos mais de 160 chefes de Estado e de governo de todo o mundo, para construir novos padrões de produção e de consumo, mas, principalmente, novos paradigmas de desenvolvimento que tenham como meta a redução das desigualdades globais e a inclusão das populações dos países mais pobres em padrões mínimos de acesso a alimentos, energia, educação, saúde e trabalho.

O Brasil será o anfitrião desta conferência, considerada por muitos como a mais importante reunião da ONU sobre temas ambientais desde a Rio-92, e tem como tarefa principal proporcionar um bom ambiente para o debate e para a construção dos consensos necessários para as tomadas de decisão em instâncias das Nações

Unidas. Segundo o embaixador Luiz Figueiredo Machado, responsável no Itamaraty pela organização do evento, um dos papéis fundamentais do país será fazer as discussões avançarem, oferecendo capacidade de mediação e de confluência de interesses.

O recente relatório "Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza", lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), sinaliza que a mudança para uma "economia verde" necessita de um investimento de 2%

do Produto Interno Bruto (PIB) global – cerca de US\$ 1,3 trilhão – em dez setores: agricultura, edificações, energia, pesca, silvicultura, indústria,

***A Conferência Rio+20,
que acontecerá no Rio de
Janeiro, de 3 a 6 de junho de
2012, coloca os desafios de
transformação do modelo
econômico e a criação de
uma governança global
capaz de regular o comércio
e as relações internacionais
na direção da economia
includente, verde e
responsável que desejamos.***

turismo, transporte, água e gestão de resíduos. Um dos dilemas presentes na Rio+20 deverá ser sobre quem vai pagar a conta.

As autoridades brasileiras acreditam que o modelo de “economia verde” proposto pelo Pnuma é mais focado em preservação ambiental do que em inclusão social e erradicação da miséria. Por isso, existem algumas restrições ao conceito por parte dos negociadores brasileiros, uma vez que o Brasil defende o conceito de “economia sustentável”, que está estruturado no formato de *triple botton line*, mais de acordo com a proposta apresentada no relatório “Nosso Futuro Comum”, realizado nos anos 1980, sob a coordenação da ex-primeira ministra da Noruega Gro Brundtland. Nesse caso, a defesa é de um modelo de desenvolvimento baseado no equilíbrio entre fatores ambientais, sociais e econômicos.

Em pronunciamento realizado na cerimônia de criação da Comissão Nacional e do Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (a Rio+20), a presidente Dilma Rousseff disse que considera a questão social como um elemento essencial dessa conferência, e que o mundo também deu um grande passo ao perceber que não basta ter crescimento econômico se os povos do planeta não têm os seus direitos respeitados e acesso às riquezas que eles mesmos produzem.

A economia verde, como quer a ONU, ou sustentável, como quer o Brasil, necessita, no entanto, de elementos importantes de governança global, com acordos entre países para estimular a valoração de fatores ambientais e benefícios sociais. Hoje, o único elemento relevante no comércio global é o preço, dando-se pouca ou nenhuma importância à utilização de trabalho digno, de cuidados ambientais, baixas emissões de carbono e tecnologias limpas. Na Rio+20, a questão da governança global pela sustentabilidade deverá ter destaque.

Nesse sentido, a participação da sociedade civil nas discussões acerca dos temas centrais da conferência tem papel fundamental para o avanço das mudanças esperadas. Recentemente, foi formado no Brasil o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, com o objetivo de trazer mais participantes para o debate, por meio de grupos de trabalho. A Coordenação Nacional do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio + 20 tem como integrantes ONGs e movimentos sociais.

O debate sobre a Rio+20 deveria ser amplo, e não se restringir aos temas já em discussão no sistema ONU. Deveria ser um momento de elaboração de propostas para a transformação da macroeconomia global, estabelecendo para todos os países métricas diferentes do PIB para a medida do sucesso econômico e social.

FONTES

PLENÁRIA – NOVA ECONOMIA: INCLUENTE, VERDE E RESPONSÁVEL

Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável

<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-974Plataforma%20por%20uma%20Economia%20Inclusiva,%20Verde%20e%20Respons%C3%A1vel.pdf>

Redação: Paulo Itacarambi

MESA-REDONDA 1: GOVERNANÇA NA NOVA ECONOMIA

Green Economy Report, Pnuma.

<http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/30/docs/GER%20Preview%20v2.0.pdf>

Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

<http://mirror.undp.org/magnet/policy/>

Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

<http://mirror.undp.org/magnet/policy/chapter1.htm#b>

Sustainable Development Governance Towards Rio+20: Framing the Debate, Earth System Governance.

<http://www.ieg.earthssystemgovernance.org/publications/sustainable-development-governance-towards-rio20-framing-debate>

Pesquisa e Redação: Envolverde

MESA-REDONDA 2: NOVOS PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO PARA A SUSTENTABILIDADE

Pesquisa e Redação: Patrícia Barbuscia

Edição: Envolverde

MESA-REDONDA 3: INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Pesquisa e Redação: Patrícia Barbuscia

Edição: Envolverde

PAINEL 1 – OS IMPACTOS DE UM NOVO CÓDIGO FLORESTAL

ABC e SBPS - Código Florestal Brasileiro: contribuições para o diálogo

www.sbpcnet.org.br/site/arquivos/codigo_florestal_e_a_ciencia.pdf

Ipea - Comunicado nº. 96 Código Florestal: Implicações do PL 1876/99 nas Áreas de Reserva Legal.

www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8817:estudo-avaliou-impactos-do-novo-codigo-florestal&catid=1:dirur&Itemid=7

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Pesquisa de opinião sobre o novo Código Florestal realizada pelo DataFolha.

www.ipam.org.br/ipam/codigo-florestal-no-datafolha

Relatório Técnico do Observatório do Clima: Potenciais Impactos das Alterações do Código Florestal Brasileiro na Meta Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa. 2010. Autora: Susian Martins

http://oc.org.br/cms/arquivos/relatorio_cfb_final.pdf

A Economia das Ecossistemas e da Biodiversidade – Pnuma

www.teebweb.org/Portals/25/Documents/TEEB%20for%20Business/TEEB%20for%20Bus%20Exec%20Portuguese.pdf

Grande imprensa e mídias especializadas.

Pesquisa e Redação: Envolverde

PAINEL 2 – DIREITOS HUMANOS

Instituto Ethos, 30 e 31/03/2011

<http://institutoethos.blogspot.com/2011/04/direitos-humanos-e-praticas.html>

Princípios norteadores para empresas e Direitos Humanos – John Ruggie

www.ohchr.org/documents/issues/business/A.HRC.17.31.pdf

Secretaria Especial de Direitos Humanos

www.direitoshumanos.gov.br/pndh

PNDH 3

<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>

Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil

www.reporterbrasil.org.br/pacto/conteudo/view/4

Pesquisa e Redação: Envolverde

PAINEL 3 – FINANCIAMENTO DA NOVA ECONOMIA

Sendo sustentável

<http://sendosustentavel.blogspot.com/search/label/credito%20verde>

Políticas para a promoção da economia verde

<http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4d9e2a0557e47f98.pdf>

Pesquisa e Redação: Envolverde

PAINEL 4: ENERGIA

Pesquisa e Redação: Henrique Lian e Patrícia Barbuscia

PAINEL 5: BIODIVERSIDADE

Pesquisa e Redação: Patrícia Barbuscia

Edição: Envolverde

PAINEL 6 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Panorama dos Resíduos Sólidos, Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe)

www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.php

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei Federal 12.305, 2 de agosto de 2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

www.mds.gov.br/

Agência Brasil

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Diálogos – Política Nacional de Resíduos Sólidos – Embalagens pós-consumo e responsabilidade compartilhada

www.envolverde.com.br/dialogos/

Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre)

www.cempre.org.br/

Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. Tese de Doutorado, Gina Rizpah Besen, 2011.

www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-28032011-135250/pt-br.php

Desafios da Aplicação da Logística Reversa, Marcos Otávio Bezerra Prates, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

www.fiesp.com.br/arquivos/2011/oficina/marcos_prates.pdf

Pesquisa e Redação: Envolverde

PAINEL 7 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS IMPACTOS NA NOVA ECONOMIA

Pesquisa e Redação: Henrique Lian

PAINEL 8 – INFRAESTRUTURA PARA A NOVA ECONOMIA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_InfraestruturaSocial_vol1.pdf

Dieese

www.dieese.org.br/notatecnica/notatec43PACehidrocarbonetos.pdf

Green Economy Report, Pnuma.

www.unep.org/greeneconomy/Portals/30/docs/GER%20Preview%20v2.0.pdf

Green Economy Report, Pnuma.

www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_en.pdf

Pesquisa e Redação: Envolverde

PAINEL 9 – ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA

Plano Nacional de Erradicação da Miséria

<http://www.brasilsemisericia.gov.br/conheca-o-plan/>

Banco Mundial

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/0,,contentMDK:22569747~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:336992,00.html>

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)

<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/8/11868/r135jorgearbachepobreza.pdf>

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=406>

Pesquisa e redação: Envolverde

PAINEL 10 – TRABALHO DECENTE E EMPREGOS VERDES

Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Trabalho decente

http://www.oit.org.br/topic/decent_work/trab_decente_2.php

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

<http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=187>

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

<http://www.cut.org.br/publicacoes/3/cartilhas>

Empregos verdes no Brasil

<http://www.terceirosetoronline.com.br/portal/conteudo/empregos-verdes-no-brasil-que-sao-onde-estao-e-as-perspectivas-para-o-futuro/>

OIT Brasil

<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=406>

Empregos verdes

http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_press_pt.pdf

Pesquisa e redação: Envolverde

PAINEL 11 – EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Educação para a sustentabilidade?, Maria Raquel Grassi

www.sustentabilidade.org.br/antigo/doku.php?id=portug:redesustent:recursoteca:artigo_2

Instituto Paulo Freire

www.paulofreire.org/Cidadania/WebHome

Programa Educação para Cidadania Planetária: Marco Teórico

www.paulofreire.org/pub/Cidadania/CidadaniaPlanetariaMateriaisDeReferencia/PECP-marco_te%3ricico.pdf

Sustentabilidade de cuidado: um caminho a seguir, Leonardo Boff

<http://envolverde.com.br/ambiente/artigo/sustentabilidade-e-cuidado-um-caminho-a-seguir/>

Entrevista com Mozart Neves Ramos, presidente executivo do Todos pela Educação

<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/entrevista-mozart-neves-ramos-421854.shtml>

Programa Nacional de Educação Ambiental, Ministérios do Meio Ambiente e da Educação

<http://www.paulofreire.org/pub/Cidadania/CidadaniaPlanetariaMateriaisDeReferencia/pronea3.pdf>

Pesquisa e redação: Envolverde

PAINEL 12 – GESTÃO DA ÁGUA

Pesquisa e Redação: Envolverde

PAINEL 13 – CIDADES SUSTENTÁVEIS

Metrópoles (In)Sustentáveis, Eduardo Alva, 1997, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

Jogos Limpos: a busca pela transparência – Instituto Ethos

http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/5692/servicos_do_portal/noticias/itens/jogos_limpos_a_busca_pela_transparencia_.aspx

Rede Nossa São Paulo

<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/16136>

Pesquisa e Redação: Envolverde

PAINEL 14 – INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA

De onde vem a corrupção no Brasil?

<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/de-onde-vem-a-corrupcao/>

Portal da Transparência, Governo Federal

www.portaldatransparencia.gov.br/

Controladoria-Geral da União

www.cgu.gov.br/

Transparência Brasil

www.transparencia.org.br/

Combater a corrupção no Brasil ainda é desafio

www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1856

Sigilo e superpoderes à Fifa e COI caem na Câmara

<http://br.noticias.yahoo.com/sigilo-superpoderes-%C3%A0-fifa-coi-caem-c%C3%A2mara-070000924.html>

Global Integrity Report

<http://www.globalintegrity.org/report>

Orçamentos Anuais – Ministério do Planejamento

<http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=50&sec=8>

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011

https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/orc_2011/Lei_12381_090211.pdf

Comissão de Ética Pública

<http://etica.planalto.gov.br/>

Orçamento Participativo, Revista Jus Navigandi

<http://jus.uol.com.br/revista/texto/1277/orcamento-participativo>

Rede Nossa São Paulo

<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>

Jogos Limpos Dentro e Fora dos Estádios

<http://www.jogoslimpos.org.br/>

Plano Diretor Municipal, três questões para discussão, Petrópolis, RJ

http://www.dadosmunicipais.org.br/arquivos/plano_diretor_1237397365.pdf

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad)

www.unctad.org/

Portal Orçamento – Senado Federal

http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado

Secretaria do Orçamento Federal (SOF)

<https://www.portalsof.planejamento.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

www.ibge.gov.br/home/

Dieese, Jornada de Trabalho

www.dieese.org.br/esp/jtrab/bolset96.xml

Redação: Pedro Malavolta

Pesquisa e edição: Envolverde

PLENÁRIA – RIO+20

ABC e SBPS - Código Florestal Brasileiro: contribuições para o diálogo

www.sbpcnet.org.br/site/arquivos/codigo_florestal_e_a_ciencia.pdf

Relatório Green Economy, das Nações Unidas

www.unep.org/greeneconomy/

Ipea – Comunicado nº 96 Código Florestal: Implicações do PL 1876/99 nas Áreas de Reserva Legal

www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8817:estudo-avaliou-impactos-do-novo-codigo-florestal&catid=1:dirur&Itemid=7

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Pesquisa de opinião sobre o novo Código Florestal realizada pelo DataFolha

<http://www.ipam.org.br/ipam/codigo-florestal-no-datafolha>

Relatório Técnico do Observatório do Clima: “Potenciais Impactos das Alterações do Código Florestal Brasileiro na Meta Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa”. 2010. Autora: Susian Martins

http://oc.org.br/cms/arquivos/relatorio_cfb_final.pdf

A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade – Pnuma

www.teebweb.org/Portals/25/Documents/TEEB%20for%20Business/TEEB%20for%20Bus%20Exec%20Portuguese.pdf

Rumo à Rio+20: sociedade quer mais que discursos.

<http://envolverde.com.br/ambiente/rio20-ambiente/rumo-a-rio20-sociedade-quer-mais-que-discursos/>

Abramovay, R. “Construindo a Ciência Ambiental”. Prefácio. Ed. Annablume. 2002.

Bursztyn, M. “Ciência, ética e sustentabilidade”. Introdução. Ed. Cortez. 2001.

Ribeiro, W.C. “Formação de pesquisadores socioambientais: uma necessidade brasileira e mundial”. In: Ribeiro, W.C. “Práticas Socioambientais na Pós-Graduação Brasileira”. Ed. Annablume. 2010.

Grande imprensa e mídias especializadas.

Patrocinadores Institucionais



Patrocinadores Ouro



Patrocinadores Prata



Parceiro Estratégico



Parceiros

Alcoa • Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) • Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) • Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) • BM&FBOVESPA • Central Única dos Trabalhadores (CUT) • Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) • Comitê Brasileiro do Pacto Global da ONU • Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) • Controladoria-Geral da União (CGU) • CPFL Energia • Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) • Fundação Avina • Fundação Dom Cabral (FDC) • Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) • Greenpeace Brasil • Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) • Instituto Akatu pelo Consumo Consciente • Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) • Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) • Instituto Socioambiental (ISA) • Instituto Vitae Civilis • Natura Cosméticos • Núcleo de Economia Socioambiental da Universidade de São Paulo (Nesa/USP) • Núcleo de Estudos do Futuro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEF/PUC-SP) • Organização Internacional do Trabalho (OIT Brasil) • Rede Nossa São Paulo • Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis • Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) • Suzano Papel e Celulose • Vale • Walmart Brasil • WWF-Brasil

© Copyright 2011, Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Todos os direitos reservados. O Instituto Ethos só aceita patrocínio das empresas associadas. Empresas públicas e mistas são aceitas como empresas associadas e patrocinadoras porque atuam no mercado nas mesmas condições que as empresas privadas. A logomarca do Governo Federal acompanha a logomarca das empresas públicas e mistas patrocinadoras em função da exigência da Instrução Normativa 31, de 10 de setembro de 2003 da Secretaria de Comunicação de Social (SECOM), que essas empresas são obrigadas a observar.